

BRASÍLIA, CAPITAL DE PAIXÕES ANTES QUE DE PODER

GIULIANA ANDREOTTI
Universidade de Trento (Itália)
giuliana.andreotti@icloud.com

Resumo: Brasília, capital federal do Brasil, é a terceira, após a colonial Salvador na Bahia e a imperial Rio de Janeiro. É um lugar lendário, dominado pelo charme do surreal que envolve e aprisiona. Uma cidade de paixões antes que uma cidade de poder. Nascida do nada em brevíssimo tempo (1956-1960), para além de qualquer propósito político-econômico e simbólico, foi planejada e construída com a intenção consciente de se fazer dela uma obra de arte. A capital é um modelo de planejamento urbano espetacular e monumental, em constante equilíbrio entre criação e abstração. Está localizada no interior do Brasil, no vasto deserto do Planalto central, que dilata o sentimento de espaço infinito, apresentado pelos grandes vazios, também presentes nas áreas urbanas. A ilimitada extensão do altiplano e o amplo dilatar-se da curva celeste exprimem uma ordem absoluta, eterna, revelando qualidades cósmicas. As mesmas qualidades são encontradas na composição geométrica do tecido urbano e, principalmente, na tendência abstrata da arquitetura que dissolve a materialidade das construções. Este trabalho tem como objetivo considerar as características mais relevantes da metrópole e ilustrar os longos preparativos para a sua fundação, que ocorreu respeitando o clássico projeto conceitual dos processos de territorialização.

Palavras-Chave: planejamento urbano; Planalto Central; territorialização; emoções.

Abstract: Brasilia is the third capital of Brazil, after Salvador na Bahia e Rio de Janeiro. It is a place of legend: a city of passions, rather than a city of power, dominated by the charm of the surreal that surrounds and grips. The capital was founded with the conscious intention to make a work of art and built in just three years (1956-1960). It offers an extraordinary example of urban planning and monumental representation, in constant balance between creation and abstraction. Perched on the boundless expanse of the Planalto Central – the vast semi-desert plateau of the interior of the country – and dominated from the large swell of the celestial sphere, it reveals cosmic qualities in the neutral and continuous environmental background, in the absolute and strictly geometric composition, in the mainly abstract and dematerialising architectural trend. This paper focuses on the most important urban features. It also explains the long preparations for the founding of the city that took place remaining faithful towards the classic design of the territorialization processes.

Key-words: urban planning; Planalto Central; territorialization; emotions; spectacularity.

Introdução

Brasília é um lugar lendário. Uma cidade de paixões antes que uma cidade de poder. Capital federal do Brasil, é a terceira, após a colonial Salvador na Bahia e a imperial Rio de Janeiro. Recentemente estabelecida, para além de qualquer propósito político-econômico e simbólico, foi planejada e construída com a intenção consciente de se fazer dela uma obra de arte.

Juscelino Kubitschek, o presidente do Brasil que desejou fortemente construí-la, realizou este desejo durante seu mandato (1956-1961) imaginando torná-la um modelo estético.¹

De maneira não diferente, Lúcio Costa, autor do plano urbanístico conhecido como Plano Piloto (1957) e Oscar Niemeyer (1961), o arquiteto que em Brasília criou seus edifícios mais notáveis, concordaram na escolha de oferecer uma perspectiva urbana de admiração, juntamente com os temas do tamanho e da surpresa (BALDUCCI, 2010, p. 29). Ao lado deles, Roberto Burle Marx, paisagista que projetou os jardins para o Eixo monumental e para o Palácio Itamaraty – o Ministério das Relações Exteriores – se inspirou no código artístico e na dimensão estética do espaço (REBOLLO GONÇALVES, 2010, pp. 137-141).

Brasília, portanto, nascida sob o signo da arte, criada pelo impulso poético e fervoroso de seus construtores, na sua parte central tem plenamente realizados os seus pressupostos expressivos, de modo a ocupar um lugar importante no desenvolvimento do pensamento do movimento moderno sobre a cidade. Não surpreendentemente, em 1987, por iniciativa do governador José Aparecido de Oliveira, seu centro foi a primeira obra do século XX a ser declarada pela Unesco Patrimônio Mundial (Fig. 1).

1 A filha adotiva de Juscelino Kubitschek, a arquiteta Maria Estela Kubitschek Lopes, em “Brasilia, la mia capitale, la mia sorella minore” (2010, p. 13), afirma que a construção de Brasília foi acompanhada por uma preocupação do pai em dar forma a um modelo de beleza. Sobre *La città come opera d’arte* se pode ver Marco Romano (2008).

Brasília, capital de paixões antes que de poder

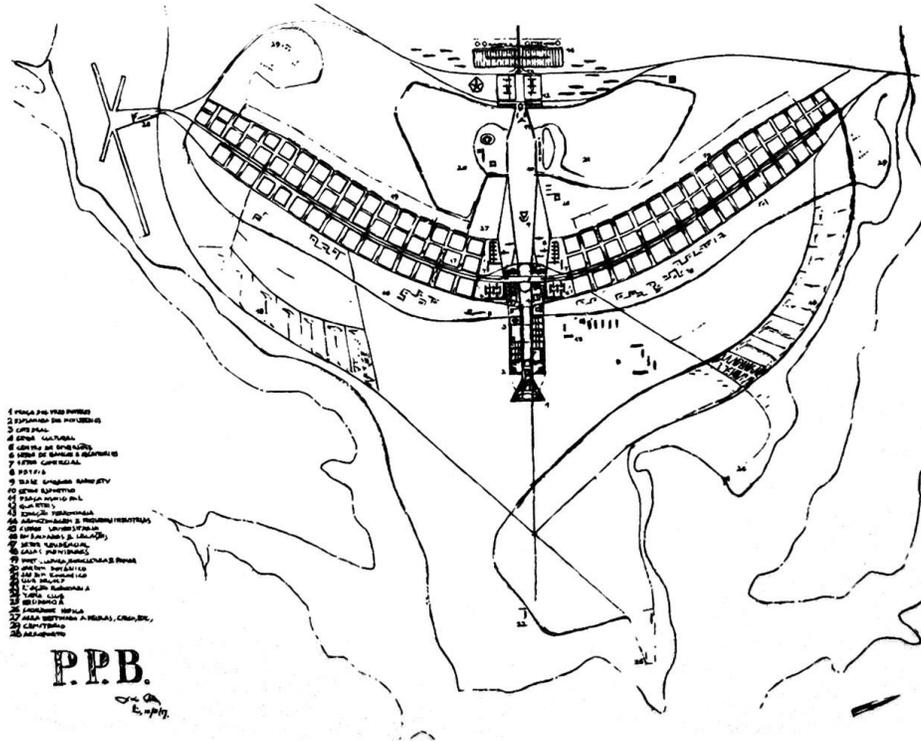
Figura 1 — Brasília. Paisagem urbana da Torre de TV



Fonte: Autora

O conhecimento da metrópole e a percepção de sua enorme expansão em termos de espaço e população, que a fez ir além dos limites do plano urbanístico original, sugere que se coloque algumas questões. Como se justifica a sua fundação recente em relação a de muitas outras cidades coloniais? Como foi o processo de sua formação? Depois de mais de meio século de sua inauguração, ela se apresenta ainda como o protótipo de beleza inicialmente concebido e figurado? O plano original de Lúcio Costa (Fig. 2) se concilia com a aglomeração urbana de hoje, que a torna semelhante a muitas outras cidades do país? Responder a estas perguntas é o objetivo da pesquisa.

Figura 2 — Desenho do Plano original de Brasília no Espaço Lúcio Costa.
Museu subterrâneo da metrópole.



Fonte: Autora

A capital suscita julgamentos e sentimentos conflitantes: é amada e difamada. No entanto, as necessidades do espírito aparecem no coração de Brasília cumpridas integralmente.

Percorrer a capital em sua área central significa mergulhar numa realidade fantasmagórica, atravessar um mundo que corre em direção ao futuro, que deslumbra e seduz. Um turbilhão de emoções acompanha a espetacularidade urbanística e monumental, em constante equilíbrio entre criação e abstração.

No primeiro contato o estupor explode. Em toda a parte em que o olhar se fixa os objetos são o que parecem, mas também há o surgimento espontâneo de sua essência, de sua natureza substancial. O fático se mistura com o lírico, o natural com a realidade metafísica, o real com o poético e o simbólico. O fascínio do surreal envolve e prende.

Brasília, capital de paixões antes que de poder

A metrópole se oferece em desenho de estrela, acolhendo aqueles que a alcançam pelas vias do céu ou pelas estradas que a conectam com o resto do País. Chega-se lá superando a infinita solidão do altiplano brasileiro, caracterizado pela savana do *cerrado*, um dos biomas típicos do País². O vasto deserto que, com leves ondulações, marca a qualidade do lugar, participa da expansão horizontal do *Planalto Central* e dilata o sentimento de espaço infinito, apresentado pelos grandes vazios, também presentes nas áreas urbanas. O mesmo sentimento é provocado pelo ilimitado céu tropical, onde gigantescas nuvens transcoloridas se movimentam sobre o horizonte azul claro, ordenando perspectivas sempre diversas.

A ilimitada extensão do altiplano e também o amplo dilatar-se da curva celeste exprimem uma ordem absoluta, eterna, revelando a mesma qualidade cósmica que Christian Norberg-Schulz vê no deserto ou em certas planícies onduladas da França setentrional (2000, pp. 32 e 42-45).

Não espanta que o bretão Auguste Glaziou³, membro da segunda *Comissão exploradora do Planalto Central*, presidida pelo astrônomo belga Louis Ferdinand Crouls, instituída em 1893 para encontrar o lugar ideal para a construção da capital, escreveu que a ilimitada planície lhe recordava o Anjou, a Normandia e, mais ainda, a Bretanha (SILVA, 1985, p. 57): “Lembra-me o Anjou, a Normandia e mais ainda a Bretanha [...] esta planície imensa, de superfície tão suavemente sinuosa.”

A forma da cidade foi muitas vezes vista como a de um avião ou de um arco com uma flecha que está para ser lançada. Mas Lúcio Costa — na entrevista dada ao *Correio Braziliense* em 6 de outubro de 1997 — a definiu como parecida a uma borboleta: “Não tem nada de avião! É como se fosse uma borboleta. Jamais foi um avião! Coisa ridícula!”

2 Os outros são a *Amazônia*, a *Mata Atlântica*, a *Caatinga*, a *Pampa* e *Pantanal* (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012, p. 2). O cerrado é uma formação vegetal caracterizada por uma cobertura de grama densa, principalmente gramíneas, e uma cobertura amadeirada variando de 3 m a 5 m de altura e ocupa uma área de 10% a 60% da superfície (DE ANDRADE MATHIEU, FERREIRA COSTA BARBOSA, 2005, p. 113).

3 Auguste François Marie Glaziou, engenheiro, botânico e paisagista, foi chamado em 1858 para trabalhar no Rio de Janeiro. Em 1869 foi nomeado diretor dos parques e jardins da cidade, cargo que ocupou até 1897. Deve-se a ele o conhecimento de muitas plantas entre a grande variedade que existe no Brasil, algumas das quais tiveram o seu nome.

Método

O trabalho visa a considerar as características mais relevantes da metrópole e ilustrar os longos preparativos para a sua fundação, que ocorreu respeitando o clássico projeto conceitual dos processos de territorialização.

O problema básico é reconhecer e compreender a cidade em seus vários elementos. Mas também entender sua alma. O trabalho começa com o levantamento e análise bibliográfica e documental (jornais, revistas, fontes literárias). Isto é seguido pela coleta de dados e elaboração de pressupostos básicos.

Desde que o método geográfico fundamental é a observação direta, esta é utilizada — de perto e de longe — através do trabalho de campo. A observação é seguida pela reflexão e indução. A abordagem parte da idéia que dá origem à capital. É uma idéia que vem de longe. Os acontecimentos históricos levaram ao nascimento e desenvolvimento da metrópole. Foi feita pelo pensamento e pela intenção de homens iluminados. Por conseguinte, são investigados o sentido das suas escolhas e o porquê das suas predileções.

Seguir as várias fases do nascimento e da evolução da cidade leva a uma pesquisa da genealogia e da filologia da metrópole. Isso significa ir para trás ao longo da história, a fim de compreender a realidade de hoje, ligada ao passado.

Por fim, é feita uma tentativa de reconstruir os processos de territorialização que são baseados em três tipos de controle: intelectual, físico, estrutural. Para esta finalidade, segue-se o modelo fornecido por alguns autores.

Uma realização que vem de longe

Com frequência, se fala de Brasília como uma utopia que se tornou realidade (BALDUCCI et al., 2010). É importante enfatizar que em apenas três anos — de 1956 a 21 de abril de 1960, quando a nova capital foi inaugurada — realizou-se uma obra colossal, pensada desde o final do século XVIII para promover o desenvolvimento do interior do país e reequilibrar a distribuição de recursos.

A construção da cidade, nascida do nada em brevíssimo tempo, provocou inúmeras críticas e polêmicas. Imediatamente submetida a julgamento, falou-se de capital nua, de

aberração, de cidade artificial, retórica e magniloquente, de experimento que queria ser moderno e progressista e não o era de fato, de cidade kafkiana, de novidade sem tradição e sem exemplos, de loucura implantada no deserto, de especulação sobre terrenos e muito mais ainda. Parece que a crítica mais persistente se referia à ingenuidade e grosseria daqueles que realizaram a obra que tinha a característica de experimento.⁴

Se é verdade que Brasília foi edificada em tempo rapidíssimo, se esquece sempre as motivações e a secular preparação da obra. A ideia era recentrar o país e ativar o desenvolvimento do interior, considerando que a capital histórica, Rio de Janeiro, que o foi de 1763 a 1960, situada na Baía de Guanabara, no Sudeste do Brasil, era distante do centro em relação à imensidão do território brasileiro. Rio — embora uma cidade importante e famosa — testemunhava um passado colonial, com sua prática de ocupar as terras ao longo da linha costeira e situar, ali, os principais centros de troca: uma história da qual se queria sinalizar um fim (DORIGATI, 2010, p. 105).

Que este propósito existisse há muito tempo é demonstrado pelo fato de que já ao final do século XVIII se levou em consideração a hipótese de transferir o poder econômico, político e administrativo para o interior do país. Este era um dos objetivos da *Inconfidência Mineira* (“Conspiração de Minas”), um movimento de independência anti-português que eclodiu em 1789 e foi inspirado na revolução francesa.

No início do século XIX, o projeto foi recuperado por alguns importantes personagens da história brasileira: Hipólito José da Costa (1774-1823), José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1833) e Francisco Adolfo Varhagen (1816-1878). Eles indicaram, no *Planalto Central*, a região mais adequada para a transferência da capital, a mesma que foi escolhida em seguida. A sua preferência derivou da consideração de que o altiplano possuía um clima ameno, um solo fértil, abundância de madeira, pedra e muitos minerais. Além disso, sobre o altiplano emergiam nascentes de relevantes cursos fluviais navegáveis que

4 As críticas mais duras foram feitas durante a construção da cidade, e imediatamente após sua inauguração. Cabe lembrar as de Pier Luigi Nervi, na revista *Casabella Continuidade* (1959, p. 55-56), ou de Bruno Zevi, em alguns artigos (1958, 1959). Uma avaliação da capital foi feita em 1960 por um grupo de qualificados arquitetos e planejadores italianos, convidados para uma mesa redonda sobre Brasília, organizada pelo *L'Europeo* (GIORGIO PECORINI, “Processo alla capitale nuda”, *L'Europeo*, 2009, n. 12, pp. 56-67). Naquela circunstância, a maioria dos entrevistados manifestou opiniões negativas. Cinquenta anos depois, o tema foi retomado por Luigi Spinelli (2010, pp. 147-163).

favoreciam o comércio e as trocas com as partes mais longínquas do País e rendimentos abundantes das terras circundantes (SILVA, 1985, pp. 19-29 e 56-57).

José Bonifácio de Andrade e Silva, o patriarca da Independência, declarada contra Portugal em 1822, tornou-se ministro do Império e sugeriu o nome de Brasília para a futura cidade,⁵ o deslocamento da capital, além de muitas outras considerações, reafirmando a autonomia do País. Mas o projeto foi momentaneamente abandonado tendo em vista a oposição de muitos grupos econômicos poderosos, hostis à transferência.

Em seguida, o projeto foi recuperado pela Primeira Constituição Federal da República, de 1891, que determinou a destinação de uma área de 14.400 km² ao distrito federal, no interior da qual deveria ser implantada a capital.⁶

Para tal escopo, em 1892 se instituiu uma comissão, a *Comissão exploradora do Planalto Central*, conhecida também como *Missão Cruls* porque presidida por Cruls. Antes ainda da publicação dos resultados no *Relatório*, no ano de 1893 foi confiada a Cruls a segunda missão, da qual foi feita referência acima. Procedeu-se à publicação de um *Relatório parcial* (1896)⁷, onde se definiu um quadrilátero, o *Quadrilátero Cruls*, dentro do qual se propunham duas possíveis áreas para a fundação da cidade (TATTARA, 2010, p. 55).

O aspecto talvez mais interessante do *Relatório* foi que, não obstante se pedisse à Comissão uma série de estudos para determinar com precisão a posição astronômica da área escolhida, recorrendo a análises físico-matemáticas, a escolha final foi feita com base na qualidade estética e na inspiração histórico-mitológica dos lugares. Em outras palavras, sobre os dados exclusivamente científicos prevaleceu o reconhecimento da extensão dos horizontes, a grandiosidade, a amplitude e a imensidão da paisagem natural onde a

5 A proposta surgiu pela primeira vez em uma publicação anônima, intitulada *Aditamento ao projeto de Constituição, para fazê-lo aplicável ao Reino do Brasil* (Lisboa, Tipografia Rolandiana, 1822). É um trabalho em quatro páginas e treze artigos, o primeiro dos quais é o seguinte: *No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a capital deste reino com denominação Brasília ou outra qualquer* (SILVA, 1985, p. 29).

Após a independência, da qual Bonifácio foi um dos artífices, quando se tornou o primeiro presidente da Assembléia Constituinte apoiou a idéia de construção *de uma capital do Império no interior do Brasil, em uma das vertentes do rio São Francisco, que poderá chamar-se Petrópolis ou Brasília*.

6 Cfr. art. 3 da Primeira Constituição Federal da República de 14 de Fevereiro 1891.

7 O *Relatório parcial* de 1896 aparece resumido em Louiz Cruls, *Planalto central do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olimpo Editora, 1957. A mesma obra contém o primeiro relatório: *Relatório. Comissão exploradora do Planalto central*.

disposição dos elementos aparecia como o resultado da inspiração de um artista sublime (CRULS, 1957, p. 54):

Esta planície imensa [...] é riquíssima de cursos de água límpida e deliciosa que minam da menor depressão do terreno. Essas fontes, como os grandes rios que regam a região, são protegidas por admiráveis capões, aos quais nunca deveria golpear a machada do homem, senão com a maior circunspeção. São magníficos os pastos verdejantes e certamente superiores a todos os que vi no Brasil Central. Todos esses elementos, cuja disposição se podia atribuir à inspiração de um artista sublime, dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável.

São palavras de uma carta a Cruls, de novembro de 1894, escrita por Auguste Glaziou, onde estão contidas, em grande parte, avaliações das potencialidades do ambiente e o mérito da sensibilidade no confronto dos aspectos inerentes ao belo. A descrição de Glaziou “reivindica a tentativa de ultrapassar a matriz «arquetípica» da natureza através da preparação de um projeto que se definisse a partir da reelaboração dos elementos próprios do território revelando assim [...] uma extraordinária proximidade com aqueles que seriam os princípios fundadores do *Plano Piloto*, no qual a paisagem existente constituía parte integrante da ideia da cidade” (TATTARA, 2010, p. 57).

No entanto, definir a área sobre a qual construir a cidade mostrou-se um problema particularmente complexo. Depois da comissão exploradora da qual se falou e da publicação do *Relatório parcial*, foi nomeada outra, mas não se acrescentou qualquer resultado senão na nova Constituição de 1946, que estabeleceu a data última para ser feita a transferência (1960). Assim, no ano de 1951, com Getúlio Vargas pela segunda vez presidente da República, determinaram-se os limites do *Distrito Federal* e se promulgou uma lei que estabeleceu que, dentro de dois anos, se deveria escolher o lugar sobre o qual construir a cidade. Recorreu-se, então, a especialistas estadunidenses — o estudo Donald J. Belcher & Associates — aos quais foi confiada a tarefa de estudar 52.000 km² de superfície, indicada em seguida como *Retângulo Belcher*, e de identificar em seu interior

cinco áreas, cada uma com 1000 km², que pudessem acolher uma população de 500.000 habitantes.⁸

A qualidade do lugar

No estado de Goiás, a 125 km da capital Goiânia, e a 940 km do Rio de Janeiro, foi definida a área do *Distrito Federal*, destinada a hospedar Brasília. Todas as Constituições brasileiras aceitaram os resultados das missões e indicaram o *Planalto central* como o lugar mais adequado pela estrutura topográfica e pelo seu clima. Sobre o altiplano suavemente em declive, onde, entre o fundo do vale da torrente Santa Rita e o rio Preto, a leste, e o fundo do vale Rio Descoberto, a oeste, se delineou o distrito.

O historiador Ernesto Silva assim o descreve (1985, p. 15):

É uma planície de suave declividade, cuja altitude média gira em torno de 1.100 metros, a que Belcher chamou “vale convexo”. A temperatura média do sítio é de 25,5 graus centígrados, sendo a média das máximas de 28,1 graus no verão e 27,2 graus no inverno e a das mínimas 15,1 graus no verão e 10,6 graus no inverno, deduzindo-se assim, que as médias compensadas são, respectivamente, 22,1 graus no verão e de 19 graus no inverno.

O lugar da capital, a 1000 m de altitude e clima temperado, indicado no relatório de Belcher com a cor marron (*Sítio Castanho*, cfr. n. 7), parecia a melhor entre as cinco áreas levadas em consideração para o desenvolvimento da cidade:

A Fisiografia deste sítio, a 25 quilômetros a sudoeste de Planaltina, é inteiramente diferente da dos outros quatro. Seu detalhe topográfico principal é um domo de forma triangular definido pelo Córrego Fundo e o Ribeirão Bananal, quando

8 O estudo Belcher apresentou à *Comissão de Localização* um relatório (*Relatório Belcher*) definido pelo historiador Ernesto Silva (1985, p. 85) *uma preciosidade*, uma jóia. Para os propósitos do estudo, todo o *Retângulo* foi dividido em dezoito painéis. Foram também preparados relevos aerofotográficos de 1:50.000 e vários mapas. Belcher desenhou um mapa geral do Retângulo, na escala de 1: 250.000, representando a geologia, uso do solo e o possível aproveitamento para a agricultura e a indústria. Além dessas características gerais, as cinco áreas de 1.000 quilômetros quadrados, incluídas no *Retângulo* e relevadas na escala de 1:25.000, mostraram os sítios finais, a topografia do deserto e a drenagem.

Cada uma das áreas foi marcada por uma cor diferente, para evitar quebrar o selo antes da escolha final que recaiu sobre o *Sítio Castanho* (n. 1) (*ibid.*, pp. 85-86 e 97-99).

Brasília, capital de paixões antes que de poder

se juntam para formar o Rio Paranoá, que então corre no rumo leste para o Rio São Bartolomeu. A colina plana entre esses cursos d'água alcança uma elevação de 1.200 metros e se estende muitos quilômetros para o oeste além do Sítio: os fundos dos vales estão a mais ou menos 1.000 metros acima do nível do mar. Este e o Sítio Verde, que se justapõe a ele, são de todos os cinco os que se acham a altitudes mais elevadas.

A extensa planície, de suave declividade para os rios limítrofes, presta-se ao desenvolvimento de uma grande cidade de qualquer tipo possível, sem a obrigação de interromper acidentes topográficos. A matéria orgânica do solo é relativamente alta para áreas de planalto como essa. A maior parte dela está coberta com florestas de crescimento secundário e não de vegetação baixa, típica das chapadas.

A área focal do Sítio, como delimitado, é um triângulo na confluência do Córrego Fundo e do Ribeirão Bananal, mas os vales a sudeste e a nordeste foram incluídos, juntamente com as encostas dos divisores mais afastados. Essas encostas, ao longo dos vales, são suaves e adequadas para edificações. Os vales em si poderiam ser desenvolvidos para fins de recreação. Este sítio é o único entre os cinco que possui um ponto focal destacado para o agrupamento dos edifícios públicos e a sede do Governo.

Pode-se admirar as qualidades elencadas quando se pensa em como o presidente Juscelino Kubitschek e os construtores, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, descreveram a área que amedrontava especialmente pela sua dimensão.

Kubitschek (p. 45) sobrevoou o lugar onde seria construída a futura capital ficando impressionado com sua vastidão: “Era um descampado infinito, com suaves ondulações no terreno [...]. Tudo era chato e amplo – a vastidão desconcertante do vazio.”

Em 1959, cumprimentando alguns críticos de arte que se reuniram em Brasília, Costa (1997, p. 298) referiu-se ao lugar dizendo que, até um pouco mais de dois anos atrás, não era mais que um deserto, o nada e a solidão (*o deserto, o ermo, a solidão*). Niemeyer (1961, 2010, pp. 75-83) também, descrevendo a sua experiência em Brasília, refere-se ao vasto deserto, à área imensa e abandonada, que assustava a todos, e à depressão inicial que ele experimentou trabalhando nessa vasta extensão atingida por chuvas copiosas e coberta de lama no período chuvoso, enquanto no seco se levantava a poeira vermelha que, insistente e impalpável, entrava na pele.

Quanto às aparentes contradições com a amenidade do ambiente natural que deixaram pasmos Auguste Glaziou e Cruls por causa da vegetação e das pastagens magníficas, deve ser tomada em consideração a fisionomia do cerrado — a savana biologicamente mais rica do mundo — o que também inclui florestas e vales com campos úmidos perto dos rios. Se na temporada de inverno, de maio a setembro-outubro, é um ambiente árido, desolado e seco, no verão é completamente diferente: torna-se verde e agradável, coberto com vegetação.

É importante também pensar em como aquela área se apresentava quando se colocaram as bases da cidade que, depois, desabrochou como uma flor no deserto.

Nas palavras da sinfonia em cinco movimentos, *Brasília, sinfonia da Alvorada* (1960), os compositores Tom Jobim e Vinicius de Moraes citam as palavras de Oscar Niemeyer: “Como uma flor naquela terra agreste e solitária... Uma cidade erguida em plena solidão do descampado.”

A imagem da cidade como uma flor que desabrocha, que está prestes a nascer, é surpreendentemente, em outro contexto, a mesma proposta feita pelo ex-chanceler alemão Helmut Kohl, numa entrevista à *Bild Zeitung* (8 de novembro de 2004), quando, apontando para a unificação de seu país, falou dos compromissos sérios para implementar nos territórios orientais aquelas que chamou *Landschaften blühen* (paisagens em flor).

É difícil encontrar uma expressão mais sugestiva e cheia de significado para indicar o surgimento de uma arquitetura que fará florescer a paisagem a partir de empobrecidos cenários antihumanísticos ou, como no caso de Brasília, a partir do deserto. Tem-se a nítida sensação de se colher o momento das primeiras pedras ou da palavra que se tornou paisagem. O *fiat lux* que vai decretar ou que decretou a construção.

O processo de territorialização. O controle intelectual

Durante o século XX se assistiu à colocação da primeira pedra, ato de fundação daquela que seria a capital brasileira.

Brasília surgiu respeitando o clássico projeto conceitual dos processos de territorialização, que transformam a natureza numa realidade variadamente controlada pela cultura. A capital poderia ser o modelo ou exemplo ideal que encarna a seqüência ordenada

de três fases, quer dizer, três formas de controle através das quais ocorrem estes processos: controle intelectual ou simbólico, material e estrutural.

Os aspectos teóricos da territorialização foram ilustrados pelos geógrafos Claude Raffestin (1977, 1986) e Angelo Turco (1988, 2002), e retomados por outro geógrafo Adalberto Vallega (2004, pp. 19-21).

Segundo esses autores, o controle intelectual e simbólico de um lugar é realizado através da sua denominação. As comunidades reconhecem uma parte do espaço como adequada para a organização das funções de instalação e de produção e, para atribuir significado e valor à parte reconhecida, em primeiro lugar, elas lhe conferem um nome. O ato de denominação é um ato simbólico, dado que atribui sinais a partes específicas da superfície terrestre. Desta maneira, ela possui e dissemina sentidos produzidos por matrizes sócio-culturais específicas (TURCO, 1988, pp. 79-93; VALLEGA 2004, pp. 18-22).

A designação é uma apropriação da realidade externa que é interiorizada e incluída na esfera intelectual e espiritual do homem. A denominação não é a mera concessão de um sinal ou de uma cifra, mas, de acordo com Heidegger (1973, p. 131), é o ato de doação da palavra que “procura o ser para a coisa”, porque “nada é onde a palavra — que é o nome — está faltando”. Os nomes são dotados de virtudes representativas e comunicativas, capazes de estimular a imaginação. De alguma forma, eles sempre referem-se a uma representação mítica, ou seja, a um conjunto de crenças expressas pelo imaginário coletivo.

Atribuir um nome aos lugares, diz Paul Claval (2002, p. 145), significa impregná-los de cultura e poder. Assim aconteceu ao se batizar o lugar escolhido com o nome de Brasília. Como mencionado, o nome foi sugerido em 1822 pelo Ministro do Império José Bonifácio de Andrade e Silva⁹.

O nome realiza estratégias de comunicação e de representação, aspectos aos quais já nos referimos acima. Estabelece múltiplas referências: primeiro, para o Brasil; e, segundo, para as raízes etimológicas do termo, que pode se referir ao *Pau-brasil*, a árvore de resina

⁹ José Bonifácio de Andrade e Silva tinha proposto também o nome de Petrópole, enquanto um tal Paulo Ferreira de Menezes Palmiro, num estranho projeto para a criação de uma Ordem de Cavaleiros do Rei, havia recomendado o nome de Pedrália (MAGALHÃES, 2004, pp. 33-34). Desta forma, se desejava com esse nome prestar homenagem ao príncipe regente Dom Pedro que se proclamou imperador do Brasil em 1822 com o nome de Pedro I.

vermelha (*brasa*, em Português), muito comum na floresta virgem (Mata Atlântica) das zonas costeiras. O nome lembra, ainda, José Bonifácio de Andrade e Silva, que primeiro o imaginou e alimentou os ideais que levaram à fundação da cidade.

Um aspecto muito interessante na denominação é a associação do nome à representação mítica, que transforma o lugar numa componente do patrimônio existencial.

No caso de Brasília, o mito fundador foi o sonho profético de Dom João Bosco, que instituiu a ordem religiosa dos Salesianos. Segundo a lenda, o padre italiano, que nunca atravessou o oceano, teria tido, num sonho, a visão do lugar e da cidade futurista, com as suas mesmas coordenadas, imaginando-a como uma terra prometida onde correriam rios de leite e mel. Revivia-se, assim, o velho sonho do Eldorado, criado pelos conquistadores e nunca desaparecido da cultura popular.

Figura 3 — Catedral de Nossa Senhora Aparecida. Estátua de Dom Giovanni Bosco



Fonte: Autora

À esta mitologia relacionam-se as representações e fantasias da comunidade, incorporadas na capital numa série de referências ao padre. Ele é venerado no Santuário Dom Bosco. O interior do Santuário recebe uma magnífica luz azul, filtrada através das paredes de vidro. É um dos locais sagrados mais famosos da capital. O padre é lembrado, ainda, pela grande estátua de mármore branco na Catedral Metropolitana (Fig. 3) e pela Ermida Dom Bosco, o ponto panorâmico de um parque à beira do Lago Paranoá, onde está

expressa a profecia. Outro local é um templo triangular, de mármore branco, que contém a imagem do Santo, também frequentado com objetivo turístico.

Ainda, à época das origens míticas relaciona-se a forma de cruz da planta proposta pelo Plano Piloto. Essa lembra conteúdos cosmológicos e sacrais tradicionais. A partir dela traçava-se o esquema ortogonal da cidade antiga. O ponto de encontro dos eixos em ângulo reto dava ao anonimato do lugar o estigma de único e inconfundível.

No plano de Brasília, como no fato de que as cerimônias de fundação e a bênção do lugar foram realizadas em 21 de abril, data do lendário natal de Roma, manifesta-se “a dívida com a mitologia [...] ainda que de forma indireta e não completamente consciente” (RYKWERT, 2003, pp. 221-222). No Brasil, 21 de abril é o dia em que se comemora a morte de Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira e mito nacional.

O nome da capital não pode ser separado da apologia de Juscelino Kubitschek, *O Fundador*, como está escrito no sarcófago de granito exposto sob um disco de vidro vermelho no túmulo de mármore branco, que se assemelha a uma mastaba egípcia. O cenário, imerso no escuro mal iluminado pela luz cor rubi escura, envolve as pessoas numa atmosfera de santidade e forte emoção.

Inumeráveis sinais remetem ao sublime fundador criando identidade e valores compartilhados. A sua imagem, escritos e referências, acompanham aqueles que passam pela cidade, a partir dos espaços e monumentos do centro, até a grande ponte sobre o lago Paranoá que leva seu nome.

O processo de territorialização. O controle físico

A atribuição de símbolos e valores para os lugares é a pré-condição para projetar intervenções adequadas a responder às necessidades humanas e passar à reificação, a segunda forma de controle: o “controle físico”, prático. É um domínio que atua transformando a realidade concreta, natural, em realidade construída, através do assentamento e aproveitamento dos recursos. O processo, que começou na esfera da semiótica com a atribuição do nome, se desenvolve naquela ontológica da intervenção material, física.

O ato de transformação altera as dinâmicas naturais. Ele requer o uso de tecnologias e a organização dos recursos disponíveis para alcançar fins pré-determinados. O desenvolvimento progressivo de tecnologias e modelos de intervenção está aberto a um grande número de caminhos evolutivos. Ao mesmo tempo, está ligado ao controle intelectual por um relatório retroagente auto-alimentado, o que cria condições favoráveis para incrementar formas subseqüentes de controle e, portanto, novos valores atribuídos aos lugares (TURCO, 1988, pp. 93-96).

No caso de Brasília, o cenário geográfico do Planalto, seco, solitário e inóspito, em sua forma plana, apenas movida com pequenas ondulações, parece uma tábula rasa, a mais adequada para a tomada de posse e a fundação de uma cidade. Costa admite tal característica quando usa os eixos ortogonais para definir a estrutura urbana e diz (COSTA, 1991, p. 20): “Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial.”

Na construção da cidade têm sido relevantes o vácuo e a morfologia. Tudo é artificial: o lago, criado pela barragem, a nova topografia modulada pelos suaves relevos dos terraceamentos, as plataformas, os arrimos, as rampas.

A matriz original do nascimento da cidade é resultado de um acordo entre cheios e vazios, rarefação e densidade, natureza e artefatos, mas especialmente do desenho urbano de Lúcio Costa, com base no desenho de dois eixos cruzados em ângulo reto, como foi o caso das antigas cidades: “O gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse”.

A geometria abstrata e clara da cruz, em conjunto com a arquitetura, se faz espaço físico. O eixo principal, que é o longitudinal leste-oeste, torna-se diretriz monumental (Eixo Monumental), no qual estão localizados os edifícios públicos dos poderes institucionais da estrutura do Estado: o Palácio do Planalto (Fig. 4), a sede do executivo; o Prédio do Congresso Nacional (Fig. 5) — órgão constitucional do poder legislativo — e o Supremo Tribunal Federal (Fig. 6), a mais alta corte do estado.

Brasília, capital de paixões antes que de poder

Figura 4 — Palácio do Planalto



Fonte: Autora

Figura 5 — Prédio do Congresso Nacional



Fonte: Autora

Figura 6 — Supremo Tribunal Federal



Fonte: Autora

A estratégia de isolar os prédios no centro do amplo espaço aberto da Praça dos Três Poderes aumenta o efeito tridimensional de sua densidade material, produzindo uma sequência de edifícios-esculturas (DORIGATI, 2010, p. 121). Neste eixo está também a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida e, simetricamente dispostas, as embaixadas, as sedes de muitas grandes instituições financeiras, econômicas, de comunicação e de serviços¹⁰, bem como instituições culturais, hotéis e casas comerciais.

Ao longo do Eixo Monumental ainda são colocados os principais museus da cidade (Panteão da Pátria e da Liberdade, Tancredo Neves, Memorial Juscelino Kubitschek, Memorial dos Povos Indígenas) e o complexo cultural formado pela Biblioteca Nacional de Brasília e o Museu Nacional da República. Fora do Eixo Monumental, o patrimônio arquitetônico se refere a uma série de outros edifícios e estruturas, incluindo o Museu de

10 No setor financeiro estão: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil, o Banco Rural e o Banco de Brasília.

Nas comunicações operam: as sedes dos Correios e da Brasil Telecom e muitas estações de televisão públicas e privadas.

Arte, o Teatro Nacional, o Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente do Brasil, em uma península à beira do lago Paranoá, o Palácio Itamaraty, a ponte Juscelino Kubitschek com três vãos dominados por arcos assimétricos (Fig. 7).

Perpendicular ao Eixo Monumental encontra-se o eixo norte-sul, encurvado (Eixo Rodoviário ou Eixão). É uma complexa estrutura rodoviária, ritmada pelo rigor geométrico dos blocos residenciais, as superquadras¹¹, unidades residenciais autônomas, cada uma composta de onze blocos de seis e de três andares, originalmente erguidos sobre pilares de apoio (*pilotis*) e intercalados pelo verde. O papel da vegetação se evidencia em toda a cidade, das áreas ao redor do lago Paranoá, até os parques, jardins — grandes e pequenos — e as fileiras de árvores dentro das quais estão localizados os edifícios.

O processo de territorialização. O controle estrutural

A intervenção material leva à organização do território, criando a terceira forma de controle, o “controle estrutural”. Neste nível, o território é dominado através da definição dos lugares segundo as suas propriedades. Se procede a uma divisão em partes, cada uma das quais com um perfil funcional dado que implementa formas de uso das áreas e seus recursos. Para estas partes, juntamente com as funções, se estabelece um regime regulatório preciso e se determina a subordinação à autoridade dos específicos tomadores de decisão. Segue a criação de espaços de manobra e a criação de regras e limites (TURCO, 1988, pp. 106-120).

A organização refere-se à própria cidade, mas também à sua área metropolitana, estruturada em uma trama geográfica, conformada e esclarecida por fronteiras. O projeto piloto de Lúcio Costa circunscreve a cidade em um perímetro bem definido, dentro dos limites do Distrito Federal, a área retangular de 5.802 quilômetros quadrados entre os rios Preto, a leste, e Descoberto, a oeste.

O Plano Piloto dá informações precisas e detalhadas sobre a distribuição das áreas em relação às coordenadas cardinais, ao seu uso e ao tamanho dos prédios. Estabelece

¹¹ Cada *superquadra* tem sua escola, igreja, zonas comerciais, clubes, centros médicos, centros esportivos e de entretenimento.

específicos setores ministeriais, culturais, residenciais, comerciais, hospitalares. Porém, é insuficiente o espaço que foi dedicado às indústrias.

As ideias de Lúcio Costa têm sido realizadas, mas o crescimento rápido e excessivo de Brasília, hoje, requer muitas vezes alterações dos códigos funcionais e estruturais. Assim, os blocos residenciais de superquadras, dos quais já se falou, embora seguindo o padrão estabelecido inicialmente, mostram hoje diferenças, especialmente na ala norte, desenvolvida mais recentemente. A crescente ocupação no nível do solo leva à eliminação dos pilares de apoio e a novos modelos formais. Para salvar a sua autonomia os blocos residenciais são separados por ruas comerciais. Mas, os serviços bancários e hoteleiros, bem como o verdadeiro distrito comercial (Shopping Conjunto Nacional), estão colocados no centro, exatamente no ponto onde as duas alas do eixo norte-sul, cada uma com cerca de sete quilômetros de extensão, se conectam através de uma passagem subterrânea que corre por debaixo da estação de ônibus.

Dois setores-chave dominam a economia de Brasília: o setor de serviços, que é o principal, dada a função política e administrativa da capital, e o da indústria. Aos serviços (político-administrativos, financeiros, culturais, da saúde, da informação, do turismo, legais, das comunicações, de entretenimento) são dedicadas áreas específicas da cidade, mas também muitos distritos vizinhos. As indústrias (de construção, móveis, alimentos, farmacêuticas, editoriais, de reciclagem) estão localizadas especialmente fora da área urbana.

Taguatinga, ex-cidade satélite-dormitório, é considerada a capital econômica e comercial do Distrito Federal. É um núcleo econômico dinâmico, em expansão, uma tendência em desenvolvimento e consolidação.

O perímetro do Plano Piloto, inicialmente, era estritamente controlado pelo Estado, que detinha o monopólio da propriedade da terra e um controle de seu uso, único no país. Apenas 31 % da área pertenciam a particulares (DE ANDRADE MATHIEU, FERREIRA BARBOSA COSTA, 2005, pp. 114-123). Para salvaguardar o patrimônio político-administrativo e cultural da cidade, previsto no Plano Piloto, o estado deslocou os trabalhadores para lugares remotos, sem infra-estrutura, serviços e atividades econômicas definidas. Para acolher o grande número de trabalhadores, atraídos pelas oportunidades de

emprego oferecidas pela capital, nasceram as cidades satélites, não previstas pelo Plano original, que imaginava apenas a possibilidade de uma extensão para a localização de pequenas sedes além de cinturão verde destinado à agricultura de proximidade. Também sobre elas se estendia o controle estatal.

O rigoroso modelo de gestão territorial durou até a década de Noventa, quando a enorme pressão da população e consideráveis interesses locais, particularmente aqueles da classe média, dos promotores imobiliários e empreiteiros de construção, pressionaram no sentido de se criar inúmeros instrumentos legais e de planejamento com a finalidade da privatização da terra e da diversificação de usos funcionais de determinadas áreas dentro do perímetro do Plano Piloto e no Distrito Federal. Entretanto, crescia a ocupação ilegal de terras, a especulação imobiliária, a desigualdade sócio-espacial, o desenvolvimento dos subúrbios e a formação desordenada de núcleos urbanos.

Desta maneira, as áreas do Plano Piloto e também aquelas do próprio Distrito Federal saíram dos próprios limites. Em 2012, o Distrito Federal tinha 2.648.532 habitantes (455 habitantes /km²) (IBGE, 2012). O Distrito não é um estado federal, mas um território autônomo, com um caráter híbrido¹². Inclui, portanto, o centro da cidade de Brasília e trinta Regiões Administrativas (RA)¹³, agregadas ao perímetro do Plano Piloto, formadas pelas cidades satélites, próximas ao conceito de bairro. Quer seja a capital federal, quer sejam suas RA, ambas não têm prefeitura e nem prefeito. Elas são formadas por núcleos de população, mas também por terras rurais e por áreas de proteção ambiental.

Ao redor do Distrito Federal desenvolveram-se núcleos urbanos vizinhos, no estado de Goiás e de Minas Gerais¹⁴, que constituem o Entorno e fazem indiscutivelmente parte da região metropolitana de Brasília, conhecida como RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). Isto dá origem a novos problemas. Em

12 Esta característica vem do fato de ter um auto-governo e poderes legislativos, mas não judiciais, e de gozar, por muitos aspectos diferentes do estatuto de estado federal, mesmo sem possuir a constituição típica de cada um deles. É dirigido por um Governador de distrito, eleito diretamente pelos moradores do distrito, a cada quatro anos.

13 Elas são unidades territoriais de gestão e planejamento.

14 No Estado de Goiás são os municípios de Novo Gama, Valparaíso, Cidade Grecia, Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Alexânia, Abadiânia, Pirenópolis, Corumbá, Cocalzinho, Padre Bernardo, Água Fria, Planaltina de Goiás, Vila Boa, Formosa e Cabeceiras. Em Minas Gerais são Unai e Buritis.

primeiro lugar, o problema da fragmentação do solo. Dentro dos limites do Distrito Federal a ocupação da terra é ainda controlada com imposições e restrições. No Entorno, o solo é na maioria privado e, portanto, sujeito a uma fragmentação constante. Pertencendo este aos estados vizinhos, se criam conflitos que surgem do fato de que diferentes entidades políticas, por vezes contraditórias, estão preocupadas com a gestão urbana.

Na área metropolitana, a cidade do Plano Piloto é o núcleo simbólico, um espaço em risco por causa das novas formas de produção do espaço urbano e do fato de que ela é o centro de empregos e serviços. Brasília, exatamente como outras cidades do país, atrai a população de toda a região. Enorme é a pressão exercida pelo movimento diário dentro do Plano Piloto. O transporte público e o privado estão crescendo, aumentam as áreas de estacionamento e o tráfego no Eixão está constantemente congestionado.

O conjunto desses fatores negativos mencionados constitui um perigo no sentido de alterar a qualidade de vida de Brasília e de aproximar cada vez mais das tendências de crescimento desordenado encontradas em todos os centros urbanos do país.

Conclusões

A pesquisa permite responder às perguntas e aos objetivos iniciais.

Brasília é uma capital com características únicas. A sua recente fundação, construída na segunda metade do século XX, encontra muitas justificativas. Elas são de marca política, econômica, simbólica e artística. Mas, também, sua legitimidade está no fato de que Brasília se tornou um modelo estético. O seu lugar na evolução do pensamento moderno da cidade é essencial.

Além de qualquer outra intenção, a capital foi construída exatamente de acordo com a idéia de criar uma obra de arte. E como uma grande obra de arte, é na sua parte central que ela hoje se apresenta. Pode notar-se como nela se conjugam a vontade do homem, as condições ambientais e a disposição favorável da história.

O inestimável patrimônio artístico e a atmosfera da metrópole são uma realidade incrível.

Contudo, esses aspectos correm o risco de ser comprometidos pelo enorme crescimento da cidade em termos de área e população. Os problemas são de natureza

diferente, como acima mencionado, mas se relacionam às tendências gerais da urbanização brasileira.

É desejável que uma profunda consciência, tanto por parte dos poderes administrativos quanto pelos cidadãos, resolva as muitas dificuldades e preserve um patrimônio que é mundial, conforme determinado pela UNESCO.

Referências

- ANDREOLI E., FORTY A. **Arquitetura Moderna Brasileira**, London, Phaidon Press limited, 2004.
- ANDREOTTI, G **Paesaggi in movimento, paesaggi venduti, paesaggi rubati**, Trento, Trentini- Artimedia, 2007.
- ANDREOTTI G **Riscontri di geografia culturale**, Trento, Trentini-Artimedia, 2008a (1a ed., 1994).
- ANDREOTTI G **Per un'architettura del paesaggio**, Trento, Trentini- Artimedia, 2008b (1a ed., 2005).
- ANDREOTTI G “Paisagens do espírito: a encenação da alma”, **ATELIÊ GEOGRÁFICO**, v. 4, n. 12, 2010, pp. 264-281.
- ANDREOTTI G “Amazzonia emozionale. Porto Velho”, **RA’E GA**, 24(2012), pp. 06-52.
- ANDREOTTI G “O senso ético e estético da paisagem”, **RA’E GA**, 24(2012), pp. 5-17.
- ANDREOTTI G **Paisagens culturais**, Curitiba (PR), Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013a.
- ANDREOTTI G, “Amazonie: une ville avant, après”, **Passage d’encres II**, n. 3 “Transitions”, 2013b, pp. 87-93.
- ANDREOTTI G, “Geografia emocional e cultural, em comparação com a racionalista”. In: HEIDRICH Á. L., PINÓS DA COSTA B., ZEFIRINO PIRES C. L., (cur./eds), **Maneiras de ler geografia e cultura**, Cidade Baixa-Porto Alegre, Compasso, 2013c, pp. 105-112.
- ANDREOTTI G “Luoghi e *genius loci*”, **La Nostra Geografia**, 2014a, n. 1, pp. 3-31.
- ANDREOTTI G, “Rivelare il *genius loci*”, **Bollettino della Società Geografica Italiana**, s. XIII, v. VII, 2014b, pp. 533-558.
- AMATO P., FERRARA F., **Oscar Niemeyer, architettura e filosofia**, Roma, Aracne, 2009.
- BALDUCCI A. “Brasilia, la città (non) pianificata”. In: BALDUCCI A., BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia. A utopia come true/Un’utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa Mondadori, 2010, pp. 19-31.
- BALDUCCI A., BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia. A utopia come true/Un’utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa Mondadori, 2010.
- BRUAND Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**, São Paulo, Editora Perspectiva. 1991.
- BULCÃO A. **Depoimento - Programa de História Oral**, Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988.
- CARPINTERO A. C. C., **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese de doutorado, USP.

- CLAVAL P. **La geografia culturale**, Novara, de Agostini, 2002.
- CORRÊA DO LAGO A. “Niemeyer et Brasília. Cinquante ans de compagnonnage”, **Architecture d’Aujourd’hui**, n. 373, Nov-Dec. 2007, pp. 74-81.
- CORREIO do BRASIL*. “Estudantes visitam o Palácio Alvorada reaberto ao público”, Rio de Janeiro, 9/5/2006, p. 1.
- COSTA L. **Arquitetura brasileira**, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1952.
- COSTA L. “Memória Descritiva do Plano Piloto” 1957. In: L. COSTA, **Lúcio Costa: registro de uma vivência**, São Paulo, Companhia das Artes, 1997, pp. 283-295 (poi, Empresa das Artes, 1997).
- COSTA L. “Reafirmação de alguns pontos fundamentais do Plano Piloto de Brasília” Carta ao Senador Catete Pinheiro, **Arquitetura**, São Paulo, n. 6, 9/10/1974, pp. 93-105.
- COSTA L. **Razones de la nueva arquitectura y outros ensayos**, Embajada del Brasil, Lima, 1986.
- COSTA L., **Brasília, cidade que inventei. Relatório do Plano Piloto de Brasília**, Governo do Estado Federal, Brasília, 1991.
- COSTA L. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**, São Paulo, Empresa das Artes, 1997.
- COSTA L. **Sobre arquitetura**, Porto Alegre, UniRitter, 2007 (1ª ed., 1962).
- CRULS L, **Planalto Central do Brasil**, Rio de Janeiro, Livraria José Olimpo Editôra, 1957.
- DE ANDRADE MATHIEU M. R., COSTA BARBOSA I. F. “Brasilia. Um patrimoine mondial en devenir local”, **Géographie et Cultures**, vol. 56, 2005, pp. 111-126.
- DE GIORGI M. “Lucio Costa a cento anni dalla nascita”, **Domus**, 29 aprile 2002.
- DORIGATI R. “Come le forme nascono dal vuoto”. In: BALDUCCI A. BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia. A utopia come true/Un’utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa, 2010, pp. 102-135.
- ENCICLOPEDIA EUROPEA, vol. 2, Milano, Garzanti, 1976.
- FRAMPTON K. **Building Brasilia**, London, Thames & Hudson, 2010.
- Guia de urbanismo, arquitetura e arte de Brasília*, Brasília, Fundação Athos Bulcão, 1997.
- GORELIK A. “Brasilia, museo della modernità”, **Casabella**, n. 71 (753), 2007, pp. 13-29.
- GUTIÉRREZ R. (org.). “Costa Lucio”, **Architettura e Società. L’America latina nel XX secolo**, Milano, Jaca Book, 1996, pp. 303-304.
- HEIDEGGER M. **Unterwegs zur Sprache**, Pfullingen, Verlag Günther Neske, 1959 (trad. ital., *In cammino verso il linguaggio*, a cura di A. Caracciolo, Milano, Mursia, 1973).
- HOLSTON G. **A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia**, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estimativa Populacional 2012, *Brasília*, Rio de Janeiro, 2012.
- KUBITSCHKE J. **Por que construí Brasília**, Rio de Janeiro, Bloch editores, 1975.
- KUBITSCHKE LOPES M. E., “Brasilia, la mia capitale, la mia sorella minore”. In BALDUCCI A. BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia i. A utopia come true/Un’utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa, 2010, pp. 11-14.
- MADALENO I. M. “Brasília: the frontier capital”, **Cities**, vol. 13, n. 4, 1996, pp. 273-280.
- MAGALHÃES L. R. **Brasília, a utopia do centro**, Goiânia, Univ. Feder. de Goiás, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Brasil, um País megadiverso e sociodiverso**, Brasília 2012.

- MONNIER G. **Brasilia. L'épanouissement d'une capitale**, Picard, 2006.
- NERVI P. L. "Critica delle strutture", **Casabella Continuità**, n. 223, gennaio 1959, pp. 55-56.
- NIEMEYER O. **Minha experiência em Brasília**, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961 (poi, Rio de Janeiro, Revan, 2006).
- NIEMEYER O. **La forma dell'architettura**, Milano, Mondadori, 1978.
- NIEMEYER O. "La mia esperienza a Brasilia". In: Balducci A. Bruzzese A., Dorigati R., (cur./eds), **Brasilia. A utopia come true/Un'utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa, 2010, pp. 70-101.
- NORBERG-SCHULZ C. **Genius Loci. Paesaggio, ambiente, architettura**, Milano, Electa, 2000.
- ORICO O. **Brasil, capital Brasília**. Rio de Janeiro, Distribuidora Record Editora, 1961 (3a ed.).
- PETIT J. **Niemeyer, poète d'architecture**, Casagrande, Fidia, Sapiens, 1995.
- PAGLIANO A. **Oscar Niemeyer, la geometria della forma**, Milano, F. Angeli, 2011.
- PECORINI S. "Processo alla capitale nuda", **L'Europeo**, n.12, 2009, pp. 56-67.
- PETIT J. **Niemeyer, architetto e poeta**, Milano, Hoepli, 1995.
- PETIT J. (dir.). **Niemeyer. Paroles d'architecte**, Lugano-Milano, Casagrande, Fidia, Sapiens, 1996.
- PUPPI L., **Guida a Niemeyer**, Milano, Mondadori, 1987.
- RAFFESTIN C., "Paysage et territorialité", **Cahiers de Géographie de Québec**, n. 53-54, 1977, pp. 123-134.
- RAFFESTIN C., "Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité", **Espace et Société**, n. 41, 1982, pp. 167-171.
- REBOLLO GONÇALVES L. "Roberto Burle Marx: l'estetica dello spazio". In: BALDUCCI A., BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia i. A utopia come true/Un'utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa Mondadori, 2010, pp. 137-141.
- RYKWERT J. **L'idea di città**, Milano, Adelphi, 2002.
- RYKWERT J. **La seduzione del luogo**, Torino, Einaudi, 2003.
- ROMANO M. **La città come opera d'arte**, Torino, Einaudi, 2008.
- SILVA E. **História de Brasília**, Brasília, Editora de Brasília, 1985 (1a ed.,1970).
- SPINELLI L., "Processo alla capitale". In: BALDUCCI A. BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia. A utopia come true/Un'utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa, 2010, pp. 147-163.
- TATTARA M., "Genealogia del *Plano piloto*". In BALDUCCI A. BRUZZESE A., DORIGATI R., (cur./eds), **Brasilia, un'utopia realizzata 1960-2010**, Milano, Electa, 2010, pp. 50-69.
- TURCO A., **Verso una teoria geografica della complessità**, Milano, Unicopli, 1988.
- TURCO A., "Paesaggio: pratiche, linguaggi, mondi". In TURCO A. (a cura), **Paesaggio: pratiche, linguaggi, mondi**, Reggio Emilia, Diabasis, 2002a, pp. 7-52.
- TURCO A., "Cyberspace/Cyberscape. Paesaggio: pratiche, linguaggi, mondi". In: TURCO A. (a cura), **Paesaggio: pratiche, linguaggi, mondi**, Reggio Emilia, Diabasis, 2002b, pp. 209-232.
- VALLEGA A. **Le grammatiche della geografia**, Bologna, Pàtron, 2004.

VIDESOTT L. “Os Candangos”, **Risco: Rev. Pesqui. Arquit. Urban.** (*on line*), n. 7, 2008, pp. 21-38.

XAVIER A. (org.). **Arquitetura moderna brasileira, Depoimento de uma geração**, São Paulo, Cosac & Naify, 2003. (1ª ed., 1987).

WISNIK G., **Lúcio Costa**, São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

ZEVI B. “Un piano per Brasilia. La nuova capitale volerà”, **L'Espresso**, n. 193, 19 gennaio 1958.

ZEVI B. “Brasília troppo in fretta. Capitale di plastici ingranditi”, **L'Espresso**, n. 246, 25 gennaio 1959.